

Internacional

Ambiente Decisão do Parlamento Europeu expõe que superação da crise tem prioridade sobre política climática

Crise faz UE abdicar de liderança no clima

Joshua Chaffin, Pilita Clark e Neil Hume
Financial Times, de Bruxelas, Londres e Sydney

Não muito tempo depois que o Parlamento Europeu colocou em dúvida o futuro da principal política da União Europeia (UE) para enfrentar o aquecimento global, José Manuel Barroso, o presidente da Comissão Europeia, reuniu-se com a comissária do Clima, Connie Hedegaard, no aeroporto de Estrasburgo.

Segundo pessoas presentes na ocasião, Barroso reafirmou a Hedegaard que continuava totalmente comprometido com a questão das mudanças climáticas, apesar de o Parlamento Europeu ter rejeitado seu plano de apoio ao problemático mercado de carbono da UE. Mas além das paredes daquela sala, a votação de terça-feira provocou um grande exame de consciência sobre a dedicação do bloco a uma questão que já esteve no topo de sua agenda e moldou sua autoimagem.

Quatro anos atrás, antes da conferência internacional do clima em Copenhague, Barroso e outros líderes da UE prometeram publicamente e repetidamente liderar o mundo na luta contra o aquecimento global. Eles venderam o esquema de negociação de emissões da UE como o centro do que um

dia seria um mercado global de carbono. Seu empenho na questão do clima criou sobre o projeto europeu uma auréola, uma força bondosa e cooperativa para o bem do mundo. “Aquilo era parte integral do conceito”, disse Tom Brookes, diretor da European Clima Foundation (Fundação Europeia para o Clima).

Hoje, até mesmo guerreiros do clima como Brookes aceitam que o aquecimento global está confinado a um assento na sala de espera, enquanto a UE administra uma crise econômica crônica que chegou a ameaçar a moeda única e aumentou o desemprego. Corretas ou não, as queixas dos grupos empresariais de que o mercado de carbono e outras políticas para o clima estão contribuindo para os preços mais altos da energia, num momento em que eles já enfrentam uma economia fraca, parecem ter sido decisivas na votação de terça-feira. A revolução do gás de xisto nos Estados Unidos, que reduziu os preços da energia para o setor industrial do país, aumentou as preocupações da Europa com a competitividade industrial, segundo Matthew Gray, um analista da Jefferies especializado em carbono. “A tendência de desindustrialização está no coração da estrutura política da UE e explica por que a reforma do mercado de carbono vem enfrentando tanta resis-

tência”, diz Gray.

A votação de terça-feira é apenas a mais recente evidência de como o apetite do continente — abalado pela crise — pelas políticas para as mudanças climáticas parece ter diminuído nos últimos meses.

No fim do ano passado, Bruxelas repentinamente cedeu aos protestos furiosos dos Estados Unidos, China e outros parceiros comerciais, e concordou em suspender seu plano de forçar as companhias aéreas internacionais de pagar pela poluição gerada por suas emissões de carbono. Então, outro plano, para gastar parte de um fundo de € 1,5 bilhão para ajudar empresas a construírem equipamentos de captura de carbono, sofreu um colapso embaraçoso, depois que vários governos não apareceram com os recursos prometidos para alguns projetos.

Mas o lance mais impressionante ocorreu este ano, na Alemanha. A maior economia da UE há muito defende veementemente os subsídios renováveis, ao ponto em que mesmo com seu clima, que está longe de ser tropical, ela responde por quase metade da capacidade instalada de geração de energia solar da zona do euro. Em janeiro, ela anunciou medidas para congelar e limitar os incentivos aos geradores de eletricidade verde, em meio à crescente preocupação política com a alta dos custos da energia

antes das eleições de setembro. A iniciativa foi tomada pelos oponentes das energias renováveis fora da Europa como uma evidência de que essas tecnologias caras estão se tornando um problema até mesmo nos bastiões da defesa do combate às mudanças climáticas.

Com o mercado de carbono se debatendo, Brookes e outros temem que os governos nacionais introduzirão cada vez mais suas próprias políticas concorrentes para o clima, como o piso ao preço do carbono estabelecido pelo Reino Unido, ou o imposto criado pela Holanda sobre o carvão. O resultado será uma confusão de regulamentações que atrapalharão as empresas e corroerão a noção de uma política da UE para o clima.

Autoridades da Comissão Europeia insistem que Barroso está ciente disso e não abandonará o que ele vê como uma parte muito importante de seu legado. Elas esperam lançar mais para o fim do ano um novo pacote de medidas para o clima e a energia, que estabelecerá reduções compulsórias duras às emissões até 2030.

Mas conforme admite uma autoridade: “Os tempos econômicos eram diferentes antes da convenção de Copenhague. Havia uma grande euforia”, diz ele referindo ao encontro de 2009 sobre as mudanças climáticas.

Reforma do Judiciário argentino

César Felício
De Assunção

O Senado argentino aprovou ontem, por 38 votos a 29, o projeto da reforma do Judiciário que limita a concessão de liminares contra iniciativas do Estado. O texto agora segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

Pela proposta aprovada, as liminares terão validade máxima

de seis meses. Logo após a aprovação de “panelaços” aconteceu em todo o país, convocada por lideranças da oposição, tendo como principal bandeira a rejeição à reforma.

A votação da noite de ontem foi uma demonstração de solidez da base governista, que não registrou dissidências.

A proposta foi aprovada com apenas uma modificação em re-

lação ao texto original, preservando o direito de liminares por tempo indeterminado em defesa de pessoas ou coletividades em situação de “vulnerabilidade”.

Ontem, o governo sofreu uma derrota no Judiciário, que em decisão de segunda instância declarou inconstitucionais diversos dispositivos da “lei de meios”, que atingiam o grupo de mídia “Clarín”, opositorista.

Curtas

Economia americana

O índice de indicadores antecedentes da economia americana, do Conference Board, caiu 0,1% em março na comparação com fevereiro, com os consumidores mais pessimistas em relação à perspectiva econômica do país. É o primeiro recuo desde agosto. Em fevereiro houve alta de 0,5%. “O dado de março é um reflexo de que a economia perdeu força”, disse o Conference Board.

Atividade Econômica

	mar/13	fev/13	jan/13	dez/12	nov/12	out/12	set/12	ago/12	jul/12	jun/12
Indústria										
Produção física industrial (IBGE - %)*										
Total	-	-2,5	2,6	0,1	-1,4	0,8	-0,7	1,5	0,5	0,3
Indústria de transformação	-	-2,7	3,1	0,2	-0,7	-0,1	-0,5	1,6	0,5	0,5
Bens de capital	-	-1,6	9,2	-1,9	-0,4	1,0	-0,3	0,1	1,3	1,2
Bens intermediários	-	-1,3	1,2	0,0	-1,0	0,7	-1,2	2,1	1,2	-1,5
Bens de consumo	-	-4,2	1,6	0,2	-0,2	-0,2	-0,1	1,4	0,3	2,8
Faturamento real dessazonalizado (CNI - %)	-	-3,7	-3,1	1,7	1,0	1,0	-2,7	5,0	-1,0	1,1
Indicador do nível de atividade - INA (FIESP - %)*	-	-1,5	2,5	0,2	-0,3	0,5	0,6	1,5	-0,1	1,4
Vendas reais (FIRJAN - %)*	-	-	-	22,97	4,43	11,75	-18,64	11,97	0,89	-10,13
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %)*(2)	-	0,6	1,3	0,3	0,8	1,1	1,1	0,9	1,7	2,3
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %)*(2)	-	-0,4	0,5	-0,5	0,2	0,6	0,3	0,1	1,2	1,6
Consultas ao usecheque (ACSP - %)(1)**	-1,4	-0,1	3,0	6,0	1,8	5,7	0,1	-0,3	1,5	0,3
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %)**	-4,9	-2,6	3,0	0,1	0,2	10,5	-1,1	3,2	2,0	5,4
Mercado de trabalho										
Taxa média de desocupação (IBGE - em %)	-	5,60	5,40	4,60	4,90	5,30	5,40	5,30	5,40	5,90
Taxa de desemprego total (DIEESE - % da PEA)***	-	10,30	10,00	10,00	10,30	10,90	11,30	11,60	11,10	11,20
Nível de emprego na indústria (FIESP - %)	0,50	0,37	0,42	-2,56	-0,29	-0,13	-0,01	-0,34	0,03	-0,27
Nível de emprego em São Paulo (SEADE/DIEESE - %)	-	-0,7	-0,4	-0,4	-0,1	-0,4	-0,1	0,7	0,7	0,5
Balança comercial (US\$ milhões)****										
Exportações	238.338	239926	242.405	242.579	244958	246.259	246.636	249923	253.701	254950
Importações	226.482	226.214	225.709	223.154	223980	224.524	224.194	226.961	230.066	231.045
Saldo	11.856	13.712	16.696	19.425	20.978	21.735	22.442	22.962	23.635	23.905

Fonte: IBGE, CNI, FIESP, FIRJAN, ACSP, DIEESE/SEADE, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data. (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2011=100. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses. *** Em São Paulo. **** Acumulada em 12 meses.

Produção e investimento

Indicadores	2012	2011	2010	2009	2008	2007
PIB (R\$ bilhões)*	4.402,5	4.143,0	3.770,1	3.239,4	3.032,2	2.661,3
PIB (US\$ bilhões)**	2.257,6	2.475,1	2.143,9	1.625,6	1.650,9	1.366,5
Taxa de Variação Real (%)	0,9	2,7	7,5	-0,3	5,2	6,1
Agropecuária	-2,3	3,9	6,3	-3,1	6,3	4,8
Indústria	-0,8	1,6	10,4	-5,6	4,1	5,3
Serviços	1,7	2,7	5,5	2,1	4,9	6,1
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-4,0	4,7	21,3	-6,7	13,6	13,9
Investimento (% do PIB)	18,1	19,3	19,5	18,1	19,1	17,4

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Preços de mercado. **Banco Central. Obs.: dados do IBGE apresentados segundo a nova metodologia de cálculo.

Contrib. previdenciária*

Salário de	Alíquotas em %				
contribuições em R\$	INSS (1)	IRPF (2)			
Até 1.247,70	8,00	8,00			
De 1.247,71 a 2.079,50	9,00	9,00			
De 2.079,51 a 4.159,00	11,00	11,00			
Empregador doméstico	12,00	-			

Fonte: Ministério da Previdência Social. Elaboração: Valor Data. *Competência abril/13. **Inclusive empregados domésticos. (1) Para fins de recolhimento ao INSS. (2) Para determinar a base de cálculo do IRPF.

Principais receitas tributárias

Valores acumulados	mar/12 - fev/13	jan - dez/12	jan - dez/11			
Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	
Receita Federal						
Imposto de renda total	270,1	5,72	264,1	5,74	249,8	19,99
- Imposto de renda pessoa jurídica	113,2	4,61	108,8	4,60	104,1	16,78
- Imposto de renda retido na fonte	132,4	5,91	131,0	5,82	123,8	21,55
- Imposto sobre produtos industrializados	45,4	-4,71	45,9	-2,11	46,9	17,32
- Imposto sobre operações financeiras	30,1	-7,86	30,8	-3,25	31,8	19,57
- Imposto de importação	32,0	16,35	31,1	16,37	26,7	26,59
CPMF (1)	-	-	0,1	-61,96	0,1	21,93
Contribuição para Finsocial (Cofins)	178,2	11,43	174,5	10,37	158,1	13,16
CSLL	59,2	-2,28	57,5	-1,05	58,1	26,56
PISEP/Pasep	47,1	10,78	46,2	10,45	41,8	3,20
Outras receitas	384,9	6,10	379,0	6,34	356,4	17,12
Total (SRF e Previdência)	1.046,9	5,83	1.029,3	6,12	969,9	17,35
ICMS - Brasil **	375,3	22,99	375,7	24,78	301,1	16,77
- ICMS - São Paulo	110,2	6,95	109,1	6,82	102,1	10,64
- ICMS - Rio de Janeiro	26,2	2,83	25,5	1,24	25,2	9,36
- ICMS - Minus Gerais	32,9	10,74	32,1	9,86	29,2	7,47
INSS	280,7	12,55	275,8	12,15	245,9	15,77
Total das principais receitas	1.702,9	10,31	1.680,7	10,80	1.516,9	16,97

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data. * Sobre o mesmo período do ano anterior. ** Provisório. (1) A partir de abril/12 passa a ser incluída em outras receitas.

Inflação

	Acumulada em				Número índice		
	abr/13	mar/13	2013*	2012 12 meses*	abr/13	mar/13	dez/12
IBGE							
IPCA	-	0,47	1,94	5,84	6,59	-	3.672,4200
INPC	-	0,60	2,05	6,20	7,22	-	3.791,3600
IPCA-E	-	0,49	2,06	5,78	6,43	-	3.597,8300
FGV							
IGP-DI	-	0,31	0,81	8,10	7,97	-	5.073,750
Núcleo do IPC-DI	-	0,52	1,58	4,81	5,21	-	-
IPA-DI	-	0,12	0,21	9,13	8,78	-	554,0250
IPA-Agro	-	-0,72	-2,80	19,20	13,25	-	752,4940
IPA-Ind.	-	0,46	1,45	5,54	7,18	-	472,4930
IPC-DI	-	0,72	2,07	5,74	6,16	-	4.059,680
INCC-DI	-	0,50	1,76	7,12	7,18	-	531,6910
IPA-OG **	-	-	-	-	-	-	-
IGP-M	-	0,21	0,84	7,82	8,06	-	514,5260
IPA-M	-	0,01	0,33	8,63	8,90	-	567,8920
IPC-M	-	0,72	2,01	5,79	6,08	-	402,1900
INCC-M	-	0,28	1,47	7,23	7,25	-	531,3390
IGP-10	0,18	0,22	1,12	7,42	7,45	524,3610	523,4310
IPA-10	-0,06	0,11	0,44	8,06	7,97	582,6320	582,9960
IPC-10	0,67	0,49	2,69	5,73	6,14	406,0200	403,3260
INCC-10	0,65	0,37	2,03	7,05	7,08	529,7570	526,3530
IPC-RJ	-	-	-	-	-	-	-
FIPE							
IPC	-	-0,17	1,20	5,10	5,57	-	374,4732
DIEESE							
ICV	-	0,78	2,69	6,41	7,08	-	289,8843

Obs.: IGP-M 2º prévia de abr/13 = 0,28% e IPC-FIPE 2º quadrissemana de abr/13 = 0,08%

Fonte : FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado. ** Série descontínua.

Imposto de Renda Pessoa Física

	No prazo legal			
Quota	Vencimento	Valor da Cota (Campo 7 do DARF)	Valor dos Juros (Campo 9 do DARF)	Valor Total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	30/04/13	-	-	Campo 7
2ª	31/05/13	-	1,00%	-
3ª	28/06/13	-	-	+
4ª	31/07/13	Valor da declaração	-	Campo 8
5ª	30/08/13	-	-	-
6ª	30/09/13	-	-	+
7ª	31/10/13	-	-	Campo 9
8ª	29/11/13	-	-	-

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20% Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de maio/13 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil e Valor Data.

Mais informações: www.valor.com.br, www.ibge.gov.br e www.fipe.com

Energia hoje é quase tão suja quanto 20 anos atrás, diz AIE

Pilita Clark
Financial Times, de Londres

Mais de uma década de investimentos em processos renováveis de geração de energia elétrica, como parques eólicos e de captação de energia solar, não foi o bastante para tornar o abastecimento de energia mais limpo do que era 20 anos atrás, segundo o órgão regulador mundial de energia.

Os avanços dos tipos de tecnologia capazes de poupar energia e de reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO2) responsabilizadas pelo aquecimento global são “alarmantemente lentos”, disse a Agência Internacional de Energia (AIE) em novo relatório.

“O quadro é tão claro quanto perturbador”, diz a diretora da AIE, Maria van der Hoeven. “A intensidade de carbono da oferta mundial de energia praticamente não mudou em 20 anos, apesar dos es-

forços bem-sucedidos em implementar a energia renovável.”